

Políticas públicas de combate à insegurança alimentar e à fome: a comunicação pública como fator estratégico para a cidadania

Experiências do GT USP para o direito à segurança alimentar

Public Policies to Fight Food Insecurity and Hunger: public communication as a strategic factor for citizenship

Experiences of the USP Working Group for the right to food security

Margarida Maria Krohling Kunsch¹

Professora Titular e Emérita e Coordenadora do Cecorp e do SustenCom da ECA-USP. Doutora em Ciências da Comunicação e Livre-docente em Teoria da Comunicação Institucional: Políticas e Processos pela ECA-USP. Coordenadora do Eixo temático do INCT/CNPq Combate à Fome - Estratégias e políticas públicas para a realização do direito humano à alimentação.

Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo (SP), Brasil.

Simone Denise Gardinali Navacinsk²

Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e do INCT/CNPq Combate à Fome - Estratégias e políticas públicas para a realização do direito humano à alimentação adequada - Membro do Eixo Comunicação pelo IEA-USP. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, com pós-doutorado pelo IEA-USP.

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo (SP), Brasil.

¹ A autora 1 é orientadora de pós-doutorado da autora 2, contribuiu no artigo indicando as obras de referência, orientou a fundamentação teórica, a estrutura do artigo, redigiu grande parte dele e fez a revisão final.

² A autora 2 colaborou na redação do artigo, seguiu orientações da autora 1, estruturou as etapas de submissão e formatação conforme normas da Revista Alceu

Resumo

Este artigo tem como foco situar o papel da Comunicação no âmbito das demais áreas do conhecimento relacionadas com a questão do combate da insegurança alimentar e da fome no contexto da realidade brasileira. Para contextualizar esta problemática, apresenta inicialmente uma análise descritiva sobre questões da alimentação e da fome, a partir de dados da ONU -Organização das Nações Unidas e de outras entidades. Em seguida, trata sobre a necessidade do estabelecimento de políticas públicas para combater a gravidade da fome e da insegurança alimentar. Tendo como referência um caso propositivo, descreve sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho-GT “USP Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome” (2021-2022), criado pela Universidade de São Paulo, que culminou com a entrega do relatório final em 2023 com 39 proposições. Destaca a Comunicação Organizacional como estratégica e abrangente e apresenta as principais concepções sobre Comunicação Pública e suas aplicações como fator essencial na defesa do interesse público. Com base na pesquisa bibliográfica e na metodologia adotada do processo do planejamento estratégico de comunicação, descreve como foram realizadas as atividades de Comunicação Pública em conexão com as demais áreas de conhecimento desse GT para difusão de políticas públicas ligadas aos temas da alimentação saudável, insegurança alimentar e combate à fome. Demonstra como as ações comunicativas contribuíram para que a Universidade de São Paulo tornasse públicos, para a sociedade, os poderes públicos e outros organismos institucionais públicos e privados, os resultados dos trabalhos do GT USP Políticas Públicas e suas proposições. Essa experiência busca demonstrar como a Comunicação Pública, entendida como fator estratégico, pode fazer a diferença na defesa do interesse público e do direito à alimentação como um direito de cidadania.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Comunicação Pública. Políticas Públicas.

Abstract

This article focuses on the role of Communication in the context of other areas of knowledge related to the issue of combating food insecurity and hunger in the context of the Brazilian reality. In order to contextualise this problem, a descriptive analysis of food and hunger issues is presented, based on data from the United Nations Organisation, followed by the need to establish public

policies to combat the severity of hunger and food insecurity. Using a propositional case as a reference, it describes the work developed by the Working Group "USP Public Policies to Combat Food Insecurity and Hunger" (2021-2022), created by the University of São Paulo, which culminated in the delivery of the final report in 2023 with 39 propositions. It highlights Organisational Communication as strategic and comprehensive and presents the main conceptions of Public Communication and its applications as an essential factor in the defence of the public interest. Based on bibliographic research and the methodology adopted in the strategic communication planning process, it describes how Public Communication activities were carried out in connection with the other areas of knowledge of this Working Group to disseminate public policies related to the themes of healthy eating, food insecurity and the fight against hunger. It demonstrates how communicative actions have contributed to the University of São Paulo making public to society, public authorities and other public and private institutional organisations the results of the work of the USP Public Policies Working Group and its proposals. This experience seeks to demonstrate how Public Communication, understood as a strategic factor, can make a difference in the defence of the public interest and the right to food as a right of citizenship.

Keywords: Food insecurity. Public Communication. Public Policy.

Resumen

Este artículo se centra en el papel de la Comunicación en el ámbito de otras áreas de conocimiento relacionadas con la cuestión de la lucha contra la inseguridad alimentaria y el hambre en el contexto de la realidad brasileña. Para contextualizar este problema, se presenta un análisis descriptivo de la problemática de la alimentación y del hambre, a partir de datos de la Organización de las Naciones Unidas, seguido de la necesidad de establecer políticas públicas para combatir la gravedad del hambre y de la inseguridad alimentaria. Tomando como referencia un caso propositivo, se describe el trabajo desarrollado por el Grupo de Trabajo-GT "Políticas Públicas de Combate a la Inseguridad Alimentaria y al Hambre de la USP" (2021-2022), creado por la Universidad de São Paulo, que culminó con la entrega del informe final en 2023 con 39 proposiciones. Destaca la Comunicación Organizacional como estratégica e integral y presenta los principales conceptos de la Comunicación Pública y sus aplicaciones como factor esencial en la

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed50.2023.374>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 50, p.8-29, maio/ago. 2023

defensa del interés público. A partir de la investigación bibliográfica y de la metodología adoptada en el proceso de planificación estratégica de la comunicación, describe cómo se llevaron a cabo las actividades de Comunicación Pública en conexión con las demás áreas de conocimiento de este GT para difundir las políticas públicas relacionadas con los temas de alimentación saludable, inseguridad alimentaria y combate al hambre. Demuestra cómo las acciones comunicativas contribuyeron a que la Universidad de São Paulo hiciera públicos a la sociedad, a los poderes públicos y a otras organizaciones institucionales públicas y privadas los resultados del trabajo del GT Políticas Públicas de la USP y sus propuestas. Esta experiencia pretende demostrar cómo la Comunicación Pública, entendida como factor estratégico, puede marcar la diferencia en la defensa del interés público y del derecho a la alimentación.

Palabras clave: Inseguridad alimentaria. Comunicación pública. Políticas públicas.

1 Contextualização: insegurança alimentar e a fome

Fome e insegurança alimentar são temas decorrentes de descaso e falta de atuação no Brasil e no mundo, especialmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Os temas vêm sendo trabalhados e pesquisados pelas universidades brasileiras em suas mais diversas áreas do conhecimento, alcançando nível multidisciplinar de interesse.

A partir de 2020, a pandemia da Covid-19³ causou o refreamento de toda a economia, em nível mundial. As questões da fome e da insegurança alimentar vieram à tona com maior evidência, provocando inquietação em todos os níveis da sociedade, que começou a se mobilizar em grandes campanhas assistencialistas com intenção de amenizar o problema e suprir populações mais vulneráveis.

Este impacto também trouxe maior inquietação na comunidade científica, que, em posse de diversas pesquisas, tecnologias, iniciativas e possíveis soluções para os problemas sanitários, se sentiu impulsionada a dividir seus conhecimentos e análises sobre este problema secular.

Segundo Campello (2023), não é possível combater a fome sem contar com políticas públicas estruturantes. Mais uma vez, este debate se faz presente frente à gravidade do aumento da fome no Brasil, que se intensificou no contexto da pandemia do coronavírus e nos trouxe este alerta.

³ Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Pesquisa da Rede PENSSAN⁴ (2021 apud CAMPELLO, 2023) revelou que, em dezembro de 2020, no Brasil, 55,2% da população estava em situação de insegurança alimentar; e, dentre esses, 19 milhões enfrentavam a fome como desafio. Em 2022, em um novo Inquérito da Rede PENSSAN, este número só cresceu: 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer no contexto da pandemia da Covid-19; 14 milhões de novos brasileiros estavam em situação de fome um ano após a primeira pesquisa.⁵

Em julho de 2023, a ONU-FAO Brasil divulgou novos dados por meio do relatório anual SOFI “O estado da segurança alimentar e nutrição no mundo”, organizado por cinco agências especializadas das Nações Unidas: FAO, FIDA, UNICEF, WFP e OMS⁶ (FAO NO BRASIL, 2023). O relatório, divulgado amplamente por vários meios de Comunicação, revelou que houve um decréscimo neste número: o Brasil tem hoje 21,1 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar grave, que não têm o que comer todos os dias, e 70,3 milhões em situação de insegurança alimentar grave ou moderada, este último número superior à média centro-americana, que é de 60,9 milhões (G1. GLOBO.COM, 2023; AMÉRICA ECONÓMICA, 2023).

Por outro ângulo, que denota a complexidade do tema da fome, o relatório também contabilizou que aproximadamente 33,3 milhões de pessoas com mais de 18 anos sofrem de obesidade (AMÉRICA ECONÓMICA, 2023).

Lacerda (2023), jornalista da Folha de São Paulo, conclui: “número de pessoas com fome diminuiu, enquanto insegurança alimentar aumentou e atinge um terço da população do país”.

Em contexto internacional, o novo relatório revelou que “mais 122 milhões de pessoas estão passando fome no mundo desde 2019 devido à pandemia e repetidos choques e conflitos climáticos, incluindo a guerra na Ucrânia [...] cerca de 735 milhões de pessoas atualmente passam fome, em comparação com 613 milhões em 2019 [...]” (FAO NO BRASIL, 2023).

⁴ **Rede PENSSAN** (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) - Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

⁵ **Rede PENSSAN** (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) - Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – 2º. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

⁶ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Mundial de Alimentos (WFP), Organização Mundial da Saúde (OMS).

Temos conhecimento de que o advento da Covid-19 e este contexto de crise multifatorial acarretaram um efeito agravante na segurança alimentar dos brasileiros. Porém Campello (2023) analisa, em seu artigo, a necessidade de contextualização da situação da fome frente ao desmonte sistemático de ações de combate à fome e a questão da má nutrição que houve a partir de 2016, culminando no retorno do Brasil a patamares alarmantes de insegurança alimentar.

Esta insegurança provocou fenômenos assistencialistas e filantrópicos como solução entre iguais; os brasileiros, porém, não podem [...] “substituir políticas públicas e não devem ser utilizadas como justificativa para a desresponsabilização da obrigação do Estado de garantir o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas” (CAMPELLO, 2023, p. 32). Paradoxalmente, Saes e Nunes (2023, p. 49) revelam que:

A produção agropecuária brasileira tem apresentado crescimento elevado e consistente, como resultado de uma combinação de recursos naturais favoráveis com o desenvolvimento de tecnologias adequadas. O resultado foi uma contribuição importante para a mitigação do problema da segurança alimentar a [em] nível global.

O Brasil se destaca entre os primeiros produtores e exportadores de açúcar, soja, carnes, café e suco de laranja; em valor, é o terceiro maior exportador mundial, com possibilidade de contribuir significativamente com a necessidade de aumento de demanda. Entretanto, a partir da crise da pandemia Covid-19, vieram à tona custos que eram invisíveis neste modelo de desenvolvimento agropecuário dominante (SAES e NUNES, 2023). Esses custos, como a concentração de renda, a pobreza rural, a redução da biodiversidade, a superexploração de recursos naturais e demais efeitos colaterais danosos, segundo os autores, trouxeram a dúvida de se continuar com o crescimento do setor agroindustrial nas mesmas bases.

Neste cenário, também ficou evidente a interligação entre a saúde do humano, do animal e do meio ambiente, ainda que pese uma compreensão mais profunda. Para os autores, são as instituições que a sociedade brasileira for capaz de criar que poderão dar respostas aos novos desafios e oportunidades que o setor agro brasileiro exigirá (SAES e NUNES, 2023).

Outra questão que a pandemia Covid-19 evidenciou foi a importância da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, entre tantas evidências, destaca a necessidade da produção de alimentos intrinsecamente ligada a outros fatores, como a preservação da biodiversidade, mudanças climáticas etc.

Os temas insegurança alimentar e fome, objetos de estudo multidisciplinar do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo, contemplam também o Movimento Global em torno da Agenda 2030 da ONU, centralmente em 3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a saber: ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável (erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável); ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis (garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis); e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes (promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis), interligados no Projeto como um todo (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023).

Os temas desta proposição também encontraram elo em outra iniciativa da ONU, a “Década da restauração dos ecossistemas”, período que contempla os anos entre 2021 a 2030, declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo central de promover a restauração dos ecossistemas em torno da crise climática, hídrica, biodiversidade e, dentre elas, a questão da insegurança alimentar que tem sido um tema recorrente em todo o mundo (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023).

2. Políticas públicas para o combate à insegurança alimentar e à fome

Frente ao cenário brevemente descrito no contexto da realidade brasileira, é até dispensável afirmar a premente necessidade de revitalizar as políticas públicas já existentes e estabelecer novas no combate à insegurança alimentar e à fome. Entendendo o direito a uma alimentação digna e sustentável como um direito de cidadania, é imperativo que os governos, nas esferas municipal, estadual e federal, adotem e implementem políticas públicas nesta direção para a melhoria da qualidade de vida de toda a população, atendendo, sobretudo, as mais vulneráveis e desassistidas pelo poder público. Este é um problema a ser enfrentado pelos governos e por toda a sociedade brasileira.

Uma questão determinante que está ligada ao problema da insegurança alimentar e da fome, especificamente no caso do Brasil, é que não há visibilidade, monitoramento e controle social de políticas públicas já estabelecidas, nas esferas federal, estadual, municipal, que possam servir de instrumento para a construção, aprimoramento ou expansão de políticas públicas que efetivamente contribuam para ultrapassar a barreira da fome e da insegurança alimentar.

Garavello (2023) cita algumas iniciativas existentes que ilustram a existência destas políticas. A Lei Federal nº 10.696/2003 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁷, importante instrumento para inserção econômica das comunidades agrícolas, tem como objetivo proporcionar o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, favorecendo as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e também as atendidas pela rede socioassistencial.

A autora também menciona o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁸, que tem o objetivo de incentivar a agricultura familiar local, bem como a alimentação escolar. A Lei nº 11.947/2009 prevê que 30% dos recursos repassados pelo Programa para a Alimentação Escolar deva ser utilizado na compra direta de produtos provenientes da agricultura familiar, a fim de estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades envolvidas. Segundo Garavello, essas iniciativas têm gerado bastante sucesso e trazem contribuição significativa para a agricultura familiar. “Tais programas merecem ser revisados e incrementados de modo a darem continuidade ao papel que têm desempenhado” (GARAVELLO, 2023, p. 24).

Além desses programas públicos, em outra perspectiva, citamos também outro importante instrumento, o Guia Alimentar para a População Brasileira, reeditado em 2014 pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2023), que é um importante produto comunicacional para todos os brasileiros. O guia tem sido utilizado somente por profissionais da saúde e seus pacientes em Unidades Básicas de Saúde e não contou com um plano de Comunicação Pública que pudesse atingir as diversas instâncias da sociedade civil a fim de transformá-lo em base para fins educativos ou para criação de políticas públicas eficazes, a fim de minimizar ou alterar o contexto acerca das questões de insegurança alimentar e da fome (SALOMÃO, 2019).

Dada a relevância e amplitude dos temas, sabemos que há muito se tem discutido nas universidades sobre insegurança alimentar e fome nas mais diversas áreas do conhecimento, porém, apesar de todas as pesquisas geradas, estas nem sempre chegam como subsídios aos poderes públicos e sociedade civil.

⁷ PAA - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS 2003. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁸ PNAE - PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 2009 Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 10 jun. 2022.

3. USP Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome

Ao situar o papel das universidades em todo esse contexto, registramos, como um caso ilustrativo, uma iniciativa da Universidade de São Paulo que criou, em setembro de 2021, o Grupo de Trabalho “USP Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome”. A constituição deste grupo multidisciplinar foi formada por 12 professores de suas diversas unidades, inclusive da Escola de Comunicações e Artes. Este GT veio dar continuidade a iniciativas anteriores, como a realização do Simpósio USP: Políticas Públicas para o combate à fome, ocorrido em 12 de maio de 2021, que resultou em um livro eletrônico com esse mesmo título (KUNSCH e MACHADO, 2021).

Em dezembro de 2021, foi realizado seminário que teve como propósito apresentar, para a comunidade interna e externa da USP, as atividades em curso deste GT e contou com contribuições relevantes dos expositores. Os textos compilados foram reunidos em anais⁹ e estão disponíveis com acesso livre e gratuito, assim como a já existente retransmissão das apresentações orais feitas pelos pesquisadores, por meio do YouTube da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (<https://www.youtube.com/c/proreitoriadeculturaeextensaodausp>).

A existência deste grupo temático expressa o compromisso da USP em contribuir com um conjunto de subsídios para os órgãos públicos e a esfera pública da sociedade, na proposição de políticas públicas que possam abrir novas perspectivas para mitigar os graves problemas da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar, sobretudo das populações mais vulneráveis no país. Ao realizar o simpósio e disponibilizar os textos das apresentações em forma de livro com acesso aberto on-line a toda a sociedade, expressou também sua grande preocupação com este tema complexo e abrangente, que envolve diversas áreas do conhecimento e exige uma expertise multidisciplinar dos pesquisadores que atuam em diferentes unidades de ensino, pesquisa, cultura e extensão.

Os trabalhos do referido GT multidisciplinar ocorreram de setembro de 2021 a dezembro de 2022. Para além dos 12 docentes de diversas unidades/áreas da USP, contou com uma efetiva participação de

⁹ Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome . **Anais do 1º. Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome.** São Paulo: PRCEU-USP: ECA-USP, 2021. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Anais%20do%201%20Semina%CC%81rio%20USP%20de%20Combate%20a%CC%80%20Inseguranc%CC%A7a%20Alimentar%20e%20a%CC%80%20Fome.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

pesquisadores de pós-graduação e de pós-doutorado nas respectivas áreas de conhecimento. Desde seu início, trabalhou com ações concretas, mediante estudos e diagnósticos sobre a situação da alimentação, da insegurança alimentar e do combate à fome que afeta diretamente a população brasileira mais carente, assim como com a verificação das políticas públicas já existentes neste contexto, sobretudo nos municípios de Piracicaba, Santos e São Paulo, no estado de São Paulo. Com a finalização dos trabalhos, foi produzido um Relatório Final (Miranda e Silva, 2023) com 39 proposições de políticas públicas e disponibilizado, no início de 2023, com acesso público e gratuito.

A área de Comunicação, em todo esse contexto, desempenhou um papel transversal e estratégico. Dentre seus vários objetivos, destacam-se: contribuir com os estudos do campo da Comunicação para o estabelecimento e implementação de políticas públicas no combate à insegurança alimentar e à fome junto aos poderes públicos e segmentos da sociedade civil; contribuir, por meio de uma intersecção transversal, com os eixos temáticos do GT “Sistemas alimentares, tecnologia da informação e políticas públicas” e “Da segurança alimentar no âmbito macroeconômico às experiências com as comunidades rurais: contribuições para as políticas públicas de combate à fome”; e propor um plano estratégico de comunicação com vistas à difusão da proposição de novas políticas públicas elaboradas pelas equipes integrantes dos eixos temáticos do GT junto aos poderes públicos (federal, estadual e municipal), organismos nacionais específicos, universidades e a sociedade em geral.

Deste trabalho inovador e multidisciplinar, resultou o projeto em curso INCT-CNPq - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - *Estratégias e políticas públicas para a realização do direito humano à alimentação adequada - Abordagem transdisciplinar de sistemas alimentares com apoio de Inteligência Artificial*, sediado na Faculdade de Saúde Pública da USP. Além dos 12 docentes do referido GT, foram incorporados novos professores da própria USP e de outras universidades parceiras nacionais e internacionais, que integram os cinco eixos temáticos: Saúde e Nutrição; Políticas Públicas; Cadeia de Valor; Inteligência Artificial; e Comunicação e Difusão Científica¹⁰. Esta composição de estudiosos e especialistas das mais diversas áreas de conhecimento demonstra a complexidade e as implicações da questão de alimentação, alimentação saudável, subnutrição, insegurança alimentar e fome, que não podem ser tratadas de forma única.

¹⁰ No eixo de Comunicação, contamos com o envolvimento de docentes da ECA-USP e das seguintes universidades: Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Sergipe e da Universidad Nacional de Quilmes da Argentina.

4. Comunicação organizacional como fator estratégico

A área de Comunicação não tem sido utilizada de forma estratégica, com políticas definidas, para a difusão das pesquisas e dos novos conhecimentos gerados nas universidades e nos centros de investigação relacionados à questão da insegurança alimentar, da desnutrição e do combate à fome e para sensibilizar e conscientizar os poderes públicos e a sociedade dessa problemática crucial que assola o Brasil.

No Grupo de Trabalho “USP Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome”, procurou-se justamente inserir a área de Comunicação numa perspectiva estratégica e pública, mediante ações não limitadas somente à divulgação, mas proposições capazes de contribuir para mudanças no pensamento e nas atitudes dos atores envolvidos.

A comunicação organizacional deve ser entendida de forma abrangente, como um fenômeno e um processo comunicativo em constante interação entre as organizações; e seus interlocutores, como públicos estratégicos. Os relacionamentos públicos ocorrem em um contexto muito complexo da dinâmica da sociedade atual na era digital, envolvendo fatores externos do macroambiente: social, econômico, cultural, político, ecológico, tecnológico etc., que interferem diretamente na vida das pessoas e nas organizações e instituições públicas.

A comunicação clássica, instrumental, tática, exclusivamente técnica e operacional, não atende mais às demandas das organizações no novo ambiente socioeconômico e político. Responsabilidade social pública, preservação do planeta por meio de um desenvolvimento sustentável, respeito à diversidade, transparência, ética, cidadania, valores intangíveis etc. são imperativos que norteiam os comportamentos institucionais e, conseqüentemente, exigirão uma comunicação organizacional muito mais proativa e estratégica.

Para tanto, as ações comunicativas devem ser resultantes de um processo de planejamento estratégico, fundamentado em análises de cenários, pesquisas e auditorias com conhecimento da organização como um todo. Com um plano estratégico de comunicação bem sistematizado e alinhado com os princípios organizacionais, a área da Comunicação deixa de ter uma função meramente tática e instrumental e passa a ser considerada estratégica. Torna possível assim agregar valor às organizações, ajudando-as no cumprimento de sua missão, na consecução dos objetivos globais, na fixação pública dos

seus valores e nas ações para atingir seu ideário de visão no contexto de uma perspectiva de mundo, sob a égide dos princípios éticos.

Pensar em comunicação estratégica remete inexoravelmente ao exercício do poder presente nos processos e no exercício das negociações por parte dos atores envolvidos e daqueles tomadores de decisão nas mais diversas e possíveis aplicações no contexto das esferas públicas e privadas da sociedade.

A consolidação desse pensamento estratégico em comunicação se faz por meio de uma série de funções e atividades ligadas à pesquisa, ao planejamento, à gestão, a processos etc., sempre em consonância com outras áreas da organização, instituição e comprometimento de suas lideranças (KUNSCH, 2016; 2003). Sua materialização se dá por meio de um instrumento proveniente de todo o processo do ato de planejar, que tem como objetivos fazer o diagnóstico estratégico da organização e definir as grandes diretrizes e estratégias de comunicação (KUNSCH, 2003). Todo esse arcabouço pode ser aplicado pelas organizações e instituições públicas nas mais diversas vertentes de demandas da sociedade, como a da temática que aqui está sendo tratada. Trazer para ações de comunicação pública uma visão estratégica é um dos objetivos que estão sendo propostos, como poderá ser visto nos próximos itens.

5. Comunicação pública e suas aplicações

A problemática da insegurança alimentar e da fome no Brasil é parte da natureza humana, social, política e econômica. E, por ser uma questão que atinge o interesse público, acreditamos que a comunicação pública, regida pela força de múltiplos atores, se apresente como uma proposta estratégica e deva ser integrada aos debates e a ações centrais da sociedade no atual cenário do país.

Devemos reconhecer a importância da comunicação pública como processo de entendimento, de análise, de troca, de interação, que promova o relacionamento, o questionamento, o compartilhamento de informações e ideias, em uma rede complexa de atores e de meios, voltada para o interesse público. Segundo Heloiza Matos (2011, p. 45): “Ao longo dos anos, venho propondo que a comunicação pública seja entendida como o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país”.

Kočouski (2013, p. 54) considera a comunicação pública uma estratégia ou ação comunicativa direcionada ao interesse público, a partir de um agente que tem a responsabilidade de reconhecer e atender o direito que os cidadãos têm à informação e à participação em assuntos de relevância para a condição humana ou para a vida em sociedade. Tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões relativas à coletividade e, em estágios mais avançados, promover negociações e consensos.

A comunicação pública representa uma intenção de instaurar processos e práticas políticas por meio de uma “rede, simbolicamente constituída, a partir de temas relevantes para o interesse público, de caráter transitório ou permanente, assumidos por empresas privadas, organizações não-governamentais, instituições públicas etc.” (KUNSCH, 2011, p. 15).

A sociedade civil tem hoje muitos instrumentos de debate, diálogo, interação. Haswani (2011, p. 83) afirma: “A sociedade civil muda, reúne-se em redes de relações intersubjetivas, voluntárias, espontâneas, gratuitas, busca espaços de gestão e não só reivindicativos, para finalidades comuns de bem-estar, materiais espirituais, traçando, segundo Ardigó¹¹, a diferença entre *welfare state* e *welfare society*”.

O conceito do *welfare state*, que tem como modelo o Estado assistencialista e intervencionista, agente da promoção social e organizador da economia, cai por terra quando se estabelece uma nova dimensão, a da *welfare society*, que transfere a responsabilidade paternalista do Estado para a sociedade civil, que passa a poder discutir e deliberar sobre o interesse público. Logo, abre-se a possibilidade de espaço para o voluntariado, para o associativismo social, para o sujeito privado que poderá defender a sua dignidade como cidadão de uma comunidade (D’AMBROSI e GIARDINA, 2006 apud HASWANI, 2011).

Desta forma, inserem-se no espaço público vários sujeitos públicos, privados, privados sociais, que têm como objetivo defender o interesse geral, o bem comum, a partir do princípio da solidariedade. Neste ambiente ou contexto, surge a *welfare community* (HASWANI, 2011).

Entendemos que a comunicação pública se estabelece quando sociedade civil, governo, organizações, instituições procuram uma interlocução construtiva, por meio do diálogo e de trocas de ideias e proposições conjuntas com o intuito de transformar a realidade em benefício do bem comum.

¹¹ ARDIGÓ, Achille. Per una nuova cittadinanza: dalla società civile verso nuove forme della política. In: SGROI, E (a cura di), *Educazione alla política: azione collettiva di formazione in italia*. Catanzaro: Meridiana Libri, 1993.

Portanto, um desafio se apresenta: colocar a perspectiva e as necessidades da sociedade acima de todas as outras instâncias. Isto significa, por parte dos governos, que estes devem assumir o compromisso de promover políticas públicas e gestão transparente, viabilizando uma comunicação participativa de interesse público.

A raiz da evolução do conceito de comunicação pública está na viabilização da democracia e de um novo perfil de participação política da sociedade brasileira (DUARTE, 2007). Corroborando essa ideia, a democracia demanda supervisão e monitoramento do exercício do poder por parte dos cidadãos (MOISÉS, 2023).

Acreditamos que a comunicação pública poderá contribuir para ampliar o debate e trazer a possibilidade de pressão por meio de estratégias de *advocacy*, a fim de que novas políticas públicas possam ser discutidas e implantadas efetivamente em torno de inúmeras questões da sociedade e, particularmente, das relacionadas à insegurança alimentar e ao combate à fome.

No contexto da comunicação pública, López (2011) defende o conceito de *advocacy*, termo inglês que propõe “defender uma causa”, “promover políticas”. *Advocacy*, segundo ele, é uma ação de comunicação e de comunicação pública, pois tem por missão a prática de convocação e de construção de propósitos comuns relativos a assuntos de interesse coletivo, de interesse comum.

A partir destas possibilidades, enxergamos que a construção de um plano estratégico de comunicação pública, em uma perspectiva de atender o interesse público, poderá colaborar para a divulgação e o amplo debate de toda sociedade por meio da prática de *advocacy* a fim de, com gestão estratégica, mitigar e solucionar a questão da fome e da insegurança alimentar no Brasil.

Vemos, na Universidade de São Paulo – no caso ilustrativo aqui mencionado, com todo o seu arcabouço científico e tecnológico, proveniente das mais diversas áreas do conhecimento, como gestora de soluções concretas geradas pela ciência –, uma possibilidade de abrir o debate amplo, pelo caminho da comunicação pública. Esta comunicação deve ocorrer com os diversos atores sociais, sejam eles advindos da sociedade civil, de organizações do Terceiro Setor, das organizações privadas, instituições públicas, comunitárias, universidades, de parceiros, a fim de se transformar em ponte para proposições e deliberações acerca de políticas públicas inclusivas, com foco no problema crônico da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar.

6. Comunicação pública: da teoria à prática - caso Universidade de São Paulo

Com vistas a desenvolver um plano estratégico de comunicação pública que pudesse divulgar os trabalhos que foram sendo realizados pelos pesquisadores do referido GT, a fim de promover o debate voltado para as políticas públicas ligadas aos temas da alimentação saudável, da insegurança alimentar e do combate à fome a serem propostas pela Universidade de São Paulo para a sociedade e para os poderes públicos, foi realizado um plano estratégico de comunicação compreendendo duas fases básicas.

Inicialmente, na primeira fase, a ênfase foi interagir com os demais eixos temáticos do GT para acompanhar e conhecer os estudos de teoria e campo que vinham sendo desenvolvidos. Assim, dentre as diversas ações de comunicação que foram planejadas e implementadas em 2022 e no início de 2023, destacamos algumas para exemplificar. Foram acionados contatos e reuniões com os dirigentes da Superintendência de Comunicação Social (SCS-USP) para viabilizar a inserção de matérias dos pesquisadores do GT no Jornal da USP e em todos os meios de comunicação próprios da universidade. Consequentemente, estes reverberaram em outros meios tradicionais externos de comunicação mediante entrevistas em rádios, jornais e TVs de cidades locais com pesquisadores do GT.

Assim sendo, os responsáveis pelo eixo temático da Comunicação deste GT fizeram todas as mediações, via Jornal da USP, mídias da universidade e também imprensa em geral. Isto possibilitou um grande debate sobre os estudos empíricos realizados e os resultados alcançados, tendo como síntese as proposições de políticas públicas pela universidade no contexto da insegurança alimentar e da fome, junto aos poderes públicos governamentais locais, estaduais e nacionais e à sociedade.

O Jornal da USP publicou artigos semanais de novembro de 2022 a janeiro de 2023. A junção destes artigos resultou na criação de uma página específica do GT na plataforma deste jornal, reunindo todos os artigos produzidos pelos pesquisadores do GT, matérias específicas, entrevistas etc.¹². Os trabalhos culminaram com um relatório final sintético e com uma robusta documentação de anexos com detalhamento dos trabalhos executados. Para tornar público, como forma de prestar contas à sociedade

¹² Página GT USP - JORNAL DA USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/tag/gt-politicas-publicas-de-combate-a-inseguranca-alimentar-e-a-fome/>. Acesso em 30 mai. 2023.

dos resultados alcançados¹³, assim como apresentar o Relatório Final (Miranda e Silva, 2023) e realizar o lançamento do novo projeto INCT-CNPq, já mencionado, foi realizado o *Seminário de Combate à Fome e à Insegurança Alimentar: propostas de Políticas Públicas*, ocorrido em 26 de abril de 2023.

Essas ações e as mídias utilizadas trouxeram visibilidade institucional para esta iniciativa pioneira da USP em um contexto nacional e internacional. Constatou-se que este tema passou a ser prioridade do atual governo federal, e a todo momento se veem matérias publicadas na grande mídia, com dados da ONU e da FAO sobre a problemática da insegurança alimentar no mundo, inclusive com referência ao Brasil.

O debate promovido e a divulgação do relatório final despertaram grande interesse por parte de outros organismos públicos, tanto nacionais como internacionais, ligados à questão da alimentação em suas várias dimensões. Por conseguinte, os trabalhos resultantes do GT permitiram um reconhecimento que extrapolou as fronteiras da USP.

A segunda fase consistiu na elaboração de um plano estratégico de comunicação propositivo¹⁴, com vistas a estabelecer diretrizes, objetivos e estratégias capazes de contribuir para as transformações do *status quo* da problemática da fome, da insegurança alimentar, da subnutrição, entre tantas outras vertentes. Nesta proposição, estão previstas diversas ações comunicativas dirigidas a inúmeros públicos, que abrangem poderes públicos, organizações do terceiro setor, universidades, empresas, grupos da sociedade civil organizada, organismos específicos nacionais e internacionais, entre outros. Em uma perspectiva ampla, os projetos e programas específicos de comunicação pública indicados a partir de um diagnóstico estratégico devem se direcionar não só para determinados públicos, mas para conscientizar toda a sociedade no tocante aos cuidados com a saúde e a alimentação saudável e para atenuar as várias consequências da insegurança alimentar e da fome.

Conforme já destacado, a área de Comunicação tem um papel estratégico não só para a universidade divulgar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por seus pesquisadores do ponto de vista da visibilidade institucional, mas sobretudo para contribuir com a democratização da ciência que é produzida para a sociedade e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em todos os sentidos.

¹³ **JORNAL DA USP**. Seminário apresenta estudos da USP com propostas de ações de combate à fome e à insegurança alimentar. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/seminario-apresenta-estudos-da-usp-com-propostas-de-aco-es-de-combate-a-fome-e-a-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 6 junho de 2023.

¹⁴ Um plano estratégico de comunicação pressupõe a adoção de uma série de princípios e critérios, que não cabe aqui explicitar (KUNSCH, 2003).

Para realização e efetivação do conjunto das proposições contidas no Relatório Final do *GT USP Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome*, se fez necessário planejar estrategicamente as ações comunicativas com vistas a sensibilizar a sociedade e os poderes públicos sobre a complexidade do problema em questão. Este exige respostas imediatas que irão depender de ações integradas numa perspectiva multidisciplinar entre as várias áreas do conhecimento, mediante as expertises dos seus pesquisadores. Assim, defendemos a comunicação pública como um fator estratégico para consecução dos objetivos previamente definidos.

A proposição de estratégias e ações de comunicação pública pressupõe: a existência de um planejamento estratégico; a utilização de pesquisas e auditorias; o estabelecimento de uma política global de comunicação. Tudo isto irá exigir a prática de uma comunicação organizacional integrada, que capitalize eficaz e eficientemente a sinergia das distintas subáreas de Comunicação Social (Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Comunicação Audiovisual, Comunicação Digital e Comunicação Multímídia).

No conjunto de possíveis projetos e ações específicas do plano estratégico de comunicação, destaca-se a proposição da elaboração de um Guia de *Advocacy*, envolvendo vários atores da sociedade civil e dos poderes públicos na tomada de decisões para implementação das referidas políticas públicas.

Neste sentido, estão previstas várias ações, tais como: eventos que reúnam atores/parceiros para a prática de *advocacy*; debates entre os setores e com a mídia em geral; oficinas de sensibilização para públicos específicos; campanhas para o desenvolvimento de estratégias de divulgação e parcerias com públicos de interesse; entre outras.

Prevê-se, com este guia, contemplar iniciativas e ações concretas para democratizar os conhecimentos gerados sobre a temática do referido GT, tendo como principal produto o relatório final com as 39 proposições de políticas públicas, na esperança de que elas sejam de fato implementadas, conscientizando os poderes públicos acerca da necessidade de empreenderem novas ações vinculadas às políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar.

Na perspectiva de que *Advocacy* constitui um conjunto de ações, estrategicamente definidas e orientadas, que busca promover mudanças em políticas públicas locais, regionais, nacionais ou internacionais, visando alcançar a missão, a visão e os objetivos estratégicos de uma organização ou

coalizão de organizações (IMAFLOA, 2023), acreditamos que, no caso específico da temática em questão, será um instrumento fundamental para mitigar os sérios problemas decorrentes da insegurança alimentar, da fome, da desnutrição etc., sobretudo das populações mais carentes e vulneráveis do país.

7.Considerações finais

O GT “USP Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome” envolveu muitas áreas do conhecimento, compatível com a diversidade e a multidisciplinaridade características do potencial científico da Universidade de São Paulo. Ao inserirmos a Comunicação como área estratégica no conjunto deste GT, acreditamos que cumpriu o seu papel, fazendo com que esta iniciativa pioneira na universidade ultrapassasse suas fronteiras e chegasse até a sociedade, conforme já descrito neste relato ilustrativo no presente artigo.

Temos todo um caminho pela frente tanto na prática de uma comunicação pública eficaz quanto em ações de difusão e divulgação científica. As pesquisas científicas e os novos conhecimentos gerados nas universidades e nos centros especializados de investigação, relacionados com a questão da alimentação, da insegurança alimentar, da desnutrição e do combate à fome, necessitam ser mais democratizados e contribuir para as transformações sociais.

O campo da Comunicação poderá estimular o entendimento da complexidade e das dinâmicas da sociedade, nos seus diversos contextos sociais, econômicos, culturais, políticos etc., no que tange ao tema central estudado.

A Comunicação hoje precisa se basear em pautas muito maiores e mais abrangentes, numa visão complexa da sociedade e do planeta. A responsabilidade sobre suas demandas internas e externas se multiplica, face ao novo contexto, quando cada célula da sociedade vem sendo cobrada a participar do espaço público.

O combate à fome e à insegurança alimentar requer uma ação integrada por vários atores sociais. Cabe aos poderes públicos dos três poderes da República e às entidades ou órgãos nacionais e internacionais específicos, relacionados com as questões da agricultura, saúde, alimentação, segurança alimentar e nutricional, uma missão a cumprir. A universidade como formadora de cidadãos conscientes, produtora de ciência e prestadora de serviços de extensão deve, mediante políticas públicas e ações

concretas, contribuir para mitigar esta problemática que assola o mundo e particularmente o Brasil, com 21,1 milhões de pessoas vivendo em situação de fome e 70,3 milhões em insegurança alimentar, o que nos deixa indignados.

A sociedade civil organizada com ações dos movimentos sociais e do terceiro setor exerce também um papel fundamental e imprescindível em todo esse contexto. As empresas produtoras de alimentos, bem como o agronegócio, têm sua parcela de responsabilidade em contribuir nessa direção. Não basta só produzir, é preciso ter um compromisso público com os sistemas alimentares e a sociedade. Evidentemente, todo esse conjunto de atores necessita desenvolver uma comunicação pública efetiva, que leve em conta o interesse público, o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Os desafios são imensos e precisam ser enfrentados por toda a sociedade e os atores já mencionados. Nada justifica um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com riqueza territorial e agrícola, podendo plantar o ano inteiro, maior exportador de proteína animal¹⁵ do planeta se deparar com gente passando fome e com um número alarmante de 70,3 milhões vivendo em insegurança alimentar. Reverter o atual quadro de desnutrição e da fome que assolam a população brasileira carente é um dos principais desafios. É inadmissível que isto ainda aconteça e que provoque uma crescente desigualdade social no Brasil. Necessitamos, portanto, com as nossas atividades de ensino/formação, de pesquisa e de cultura e extensão universitária, contribuir para transformar esta situação e promover uma maior equidade de direitos humanos e sociais. O acesso a uma alimentação sustentável e digna para toda a população é um direito de cidadania. E as práticas de uma comunicação pública como fator estratégico têm muito a contribuir nesta direção.

Margarida Maria Krohling Kunsch

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7125-0053>

Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo (SP), Brasil

Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP

E-mail: mkkunsch@usp.br

¹⁵ Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil bateu recorde de produção de carne de frango no primeiro trimestre de 2023. Foram 3,4 milhões de toneladas desse alimento.

Simone Denise Gardinali Navacinsk

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4187-4091>

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo (SP), Brasil

Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP

E-mail: simone.navacinsk@gmail.com

Recebido em: 13 de julho de 2023.

Aprovado em: 25 de agosto de 2023.

Referências:

ARDIGÓ, Achille. Per una nuova cittadinanza: dalla società civile verso nuove forme della política. In: SGROI, E (a cura di), **Educazione ala política: azione coletiva di formazione in italia**. Catanzaro: Meridiana Libri, 1993.

AMÉRICA ECONÓMICA. Brasil tiene más de 21 millones de personas sin ingresos para comer a diário. Disponível em: <https://americaeconomica.com/noticia/brasil/brasil-tiene-mas-de-21-millones-de-personas-sin-ingresos-para-comer-a-diario.html#:~:text=Un%20informe%20publicado%20por%20Naciones,3%20millones%20padecen%20inseguridad%20alimentaria>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. – 2. ed., 1. reimpressão. Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

CAMPELLO, Tereza. É necessário enfrentar e é possível superar a fome de novo. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MACHADO, Maria Aparecida de Andrade Moreira. (org.). **Políticas Públicas para o combate à fome**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2021, p 31-48. e (livro eletrônico). Disponível em: <https://prceu.usp.br/noticia/livropoliticascaontraafome/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

D'AMBROSI, Lúcia. GIARDINA, M. Valentina. **Amministrazione pubblica e partecipazione**. Roma: Carocci, 2006.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: LOPES, Boanerges (org.). **Gestão da Comunicação Empresarial: teoria e técnica**. São Paulo: Mauad, 2007.

FAO NO BRASIL- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Mais 122 milhões de pessoas foram empurradas para a fome desde 2019 devido a múltiplas crises, revela relatório da ONU. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1644602/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

G1.GLOBO.COM. Brasil tem mais de 21 milhões de pessoas que não têm o que comer todos os dias e 70,3 milhões em insegurança alimentar, diz ONU. Disponível em:

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed50.2023.374>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 50, p.8-29, maio/ago. 2023

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/brasil-tem-101-milhoes-de-brasileiros-passando-fome-e-703-milhoes-em-inseguranca-alimentar-aponta-onu.ghtml>. Acesso em 12 jul. 2023.

GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduarda. Sistemas agrícolas tradicionais e soberania alimentar. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MACHADO, Maria Aparecida de Andrade Moreira. (org.). **Políticas Públicas para o combate à fome**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2021, p 12-30. e (livro eletrônico). Disponível em: <https://prceu.usp.br/noticia/livropoliticascontraafome/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

HASWANI, Mariângela Furlan. Comunicação pública 360 graus e a garantia de direitos. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011.

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy: como influenciar políticas públicas. Redação: Renato Pellegrini Morgado. Andréa Cristina Oliveira Gozetto - Piracicaba, SP: Imaflora, 2019. 68 p. Disponível em: <https://www.imaflora.org/biblioteca?page=1&pesquisa=advocacy>. Acesso em: jun. 2023.

JARAMILLO LÓPEZ, Juan Camilo. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011. p. 61-80.

JORNAL DA USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 30 mai. 2023.

_____. Seminário apresenta estudos da USP com propostas de ações de combate à fome e à insegurança alimentar. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/seminario-apresenta-estudos-da-usp-com-propostas-de-acoes-de-combate-a-fome-e-a-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011.

_____. Comunicação pública a serviço da sociedade e do cidadão. In: KUNSCH, Margarida Maria. Krohling. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 13-19.

_____. **Comunicação organizacional estratégica**: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

_____; MACHADO, Maria Aparecida de Andrade Moreira. (org.). **Políticas Públicas para o combate à fome**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2021, p 48-63. e (livro eletrônico). Disponível em: <https://prceu.usp.br/noticia/livropoliticascontraafome/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LACERDA, Lucas. Brasil tem 10,1 milhões passando fome, diz ONU. In: **Folha de São Paulo**. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/brasil-tem-101-milhoes-passando-fome-diz->

[onu.shtml#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20preval%3%AAncia%20da,\(10%2C1%20milh%3%B5es\).](#)

Acesso em: 12 jul. 2023.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida Maria. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de; SILVA, Marcelo Cândido da. **Propostas de combate à insegurança alimentar: relatório final**. Portal de Livros Abertos da USP, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1020>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1. Campinas/SP: Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xymhYmLZdKYkpmDbwqzj44S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 01 jun. 2023.

REDE PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – 2º. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

SAES, Maria Sylvia Macchione; NUNES, Rubens. Uma nova agenda para o setor agro brasileiro face à pandemia? In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MACHADO, Maria Aparecida de Andrade Moreira. (org.). **Políticas Públicas para o combate à fome**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2021, p 48-63. e (livro eletrônico). Disponível em: <https://prceu.usp.br/noticia/livropoliticascontraafome/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SALOMÃO, Devani. Guia alimentar para a população brasileira: deficiências no diálogo entre o estado e a sociedade. In: MATOS, Heloiza; GIL, Patrícia (org.). **Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito**.(org.) São Paulo: ECA/USP, 2019.

Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome . **Anais do 1º. Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome**. São Paulo: PRCEU-USP: ECA-USP, 2021. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Anais%20do%201%20Semina%CC%81rio%20USP%20de%20Combate%20a%CC%80%20Inseguranc%CC%A7a%20Alimentar%20e%20a%CC%80%20Fome.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed50.2023.374>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 50, p.8-29, maio/ago. 2023